NÚMERO 11 29 OUT. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA

ALGUMAS NOTAS SOBRE ANDAR PARA A FRENTE

Ao décimo terceiro dia de acampada, a maré popular permanece alta. Apesar do dispositivo policial draconiano mobilizado na terça feira para meter medo, milhares acorreram à assembleia da república. E um protesto que, noutro momento, não levaria à rua mais de 200 pessoas como forma de fazer uma ou duas notícias nos media, transformou-se em mais uma afirmação clara de que o movimento está na rua em massa e não arreda pé.

Mas entre sussurros, olhares cúmplices e linhas de conversa a questão surge com antecipação: o que vem a seguir e como manter esta força acesa e multiplicá-la?

Melhor ou pior, a acampada tem-se movido em unidade desde o início. Há tensões e discórdias, há quem queira cristalizar esta unidade por decreto, assumindo uma coordenação, e quem puxe por uma horizontalidade purista, desconfiando de qualquer forma de delegação ou coordenação. Mas o espaço onde estas ideias são disputadas ainda não se partiu. É possível que essa quebra aconteça. Não devemos encará-la como uma derrota, mas sim como uma progressão natural da ebulição de uma sopa primordial da qual se desenvolvem organismos diversos para popular um ecossistema dinâmico do movimento. A questão então não é como manter o movimento uno, mas sim como permitir que a diversidade surja a favor do movimento e não apenas de cada organismo que nele se move.

Esta consciência do ecossistema em que cada um de nós se insere e da necessidade de o alimentar, combatendo um certo impulso autofágico, não deve, contudo, impedir que cada organismo intervenha com firmeza, sob a pena de ficar de longe a ver o movimento passar. É necessário conservar e expandir o conflito em curso e é necessário imbuir o movimento de uma visão que vá para além da táctica e alimente um horizonte estratégico e político. Afinal de contas, a luta não será ganha apenas com o aumento da habitação pública ou muito menos com a reversão da lei do arrendamento. A guerra em curso abarca todas as dimensões da nossa vida – da casa ao pão, do genocídio e da guerra ao calor que nos sufoca – e deve crescer no sentido de encarar e enfrentar esse sistema como um todo.

Para lá do pântano das discussões intermináveis sobre organização, para lá das assembleias vs plenários de delegados, urge discutir propostas políticas e estratégicas para os próximos dias, sob pena de deixar que as tendas desapareçam e que o movimento esmoreça em mais uma manifestação. Será que isto só é possível com uma liderança forte e centralizada que dite a direcção do movimento? Achamos que não. Aquilo que levou ao presente levantamento não foi a existência de um partido ou colectivo com uma visão clara e determinada que tenha decidido fazer uma acampada. Pelo contrário, os grupos organizados vacilaram, pensaram que as condições não estavam lá e que era necessário organizar primeiro as bases para permitir uma mobilização alargada. Esqueciam-se que, por vezes, esta lógica inverte-se e que o que é preciso é atenção e agilidade para ler o momento e agir, criando condições para que a raiva se alastre e incendeie os ânimos de pessoas que antes não estavam disponíveis para se organizarem mas que agora estão.

Não será o ingrediente secreto para o movimento ter explodido um pouco de anarquia e um pouco menos de sujeição às "linhas do coletivo"? Não desmerecemos de todo as organizações existentes nem a importância que estas organizações e os seus membros têm tido em fazer correr décadas em duas semanas. Mas a forma como se têm diluído no meio de tantos outros grupos e subjectividades, abdicando um pouco da sua imagem de marca, também poderá ser um motivo para tanta gente assumir este movimento como seu e não apenas como algo que outros inventaram e que aceitam seguir. Então deixemo-nos embaralhar no fluxo da história e que novas ideias brotem deste processo.

Mas, seja como coletivos, grupos de afinidade ou com a voz de cada um, precisamos de andar para a frente. Se não cantamos todos a mesma nota, tentemos criar harmonias que façam a nossa cantiga crescer até se tornar mortífera para o capital. No ecossistema que nos rodeia não falta quem se queira mover da mesma forma que nós. Aprofundemos portanto ideias, façamos propostas e levemos connosco quem quiser ir. Afinal de contas será mais rico um espaço com uma liderança una ou com vários organismos partilhando um objectivo comum mas capazes de tomar iniciativa de forma autónoma?

UMA OUTRA VIOLÊNCIA

As sucessivas cargas policiais de que as várias acampadas foram alvo fizeram ressurgir a questão da violência, não apenas da sua violência, mas do modo com nos sujeitamos, ou não, a ela. A partir do momento em que o monopólio da violência por parte do estado deixa de ser uma forma de proteção dos cidadãos para se tornar, simultaneamente, numa forma de controle e de espectáculo mediático, torna-se óbvio que a integridade física e psíquica dos participantes na acampada é um tema que apenas a nós importa. Não aceitamos ser carne para canhão nem muito menos que a violência sobre os nossos corpos se torne em propaganda política de parte do mais medíocre e mentecapto dos governos.

Multiplicam-se explicações para o que aconteceu. Um governo acossado e lerdo, uma PSP infiltrada pela extrema-direita, um MAI brutalizado pela sua própria vaidade e inépcia, etc. Torna-se fácil perder o contexto histórico e político: não obstante os seus agentes concretos (o PM, o MAI, a PSP), é a crise abstracta de todo um sistema global de governança que se vê obrigado a endurecer os mecanismos de controle social que enquadra os eventos recentes. A violência que assistimos não é a excepção, é uma nova regra. Os próximos governos, de esquerda ou de direita, farão uso semelhante dela, independentemente de quão escandalizados estejam agora. A queda geral das taxas de lucro, a estagnação económica, a pressão geopolítica, a crise climática, a militarização evidente no horizonte, etc: tudo isto nos vai ser enfiando pela goela abaixo à chapada, Montenegro ou não Montenegro, Neves ou não Neves.

Tal como qualquer outra questão séria, a questão da violência não é simples. A redução do debate a caricaturas mútuas - o “pacificismo ingénuo” e a “destruição pela destruição” - diz mais sobre quem as constrói do que sobre as posições em si, revelando pouco mais do que tacanhez ideológica.

Correto, não temos a força para ganhar um confronto fisico com a polícia. Não é sequer claro que ter essa força seja, em si, por si, um objectivo político. Querer fazer uma revolução é diferente de querer ter um exército. Querer desenvolver formas de autonomia defensiva é diferente de militarizar o movimento. Odiar o sistema não significa odiar os seus esbirros. ACAB, sempre, mas bastardos somos todos.

Correcto, também - a imagem mediática do nosso movimento caminha sobre uma corda de equilibrista, onde o circo inteiro reza para que tropecemos. O capital de escândalo ante a violência sofrida joga a nosso favor. O espectáculo adora vitimas, o catolicismo hegemónico, real ou laicizado, ama comover-se com gente em sofrimento. Ante qualquer reacção a toda essa comoção vai transformar-se em ódio. “Perderam a razão” dirão quatrocentos cinquenta e sete comentadores em uníssono horas a fio em directo na TV. O ressentimento de todos aqueles que gostariam de lutar mas que não têm coragem transformar-se-à num ódio implacável a todos os que perdemos o medo.

Mas o debate não acaba aí.

Assumir o vitimismo enquanto principal estratégia de comunicação é suicídio político. Foi esse o erro que ditou o eclipse quase total do movimento pela habitação anterior à acampada. Ninguém gosta de ver pessoas a levar na boca, mas ninguém tem paciência para a choraminguice eterna. Simultaneamente, capitular ante o “senso comum” vigente é assumir a derrota à partida. A tirania desse “senso comum” - essa ideia de que “as pessoas” são um sujeito político e não uma fantasmagoria - é apenas um dispositivo de censura e manipulação. A sujeição ao discurso mediático é a principal razão da anemia dos movimentos sociais em Portugal. Se conseguimos finalmente romper esse colete de forças invisível então urge evitar, por todos os meios, regressar a ele.

Ao mesmo tempo, a escolha não é entre evitar o confronto com a polícia ou a sujeição nua à sua brutalidade. A polícia é a expressão concreta da violência do estado, mas essa violência é difusa. Todos reconhecemos, hoje, que a violência é também estrutural. Revela-se nas instituições, nas leis, nas formas de governanças, na burocracia, etc. Mas onde se torna mais complicado de a reconhecer é que essa violência é também ambiental, no sentido em que o próprio meio onde existimos (as ruas, as casas, as estradas, os escritórios, os consultórios e as escolas **mas sobretudo OS ECRÃS**) são, em si, meios de uma brutalização silenciosa e permanente. Todos esses dispositivos directos e indirectos protegem “a ordem”. O que é a ordem? A ordem são os fluxos de capital, as relações sociais de produção e as formas de controle social. A ordem está em todo o lado, não apenas ali a dois metros do cordão polícial. O que quer isso dizer? Que à repressão concreta dos bastões da polícia deve responder uma resistência difusa que consiga actuar dentro desses dispositivos estruturais e ambientais do domínio do capital. É aí, no devir ingovernável da metrópole, que David vence Golias.



“O que testemunhámos desde 2008 é um aumento contínuo daquilo que Asef Bayat descreveu como “não-movimentos”: «a ação coletiva de atores dispersos e desorganizados». Estes não-movimentos não são, em sentido algum, revolucionários em si mesmos. Aproximam-se mais do que Camatte chamou recentemente «revoltas passivas»: expressões subjetivas da desordem objetiva do nosso tempo. Refletem sobretudo a crescente deslegitimação da política num contexto de estagnação e austeridade persistentes. É a combinação de não-movimentos em constante crescimento, envolvendo um número de pessoas sem precedentes, com o declínio da legitimidade democrática, que nos permite descrever a tendência da nossa época como a produção de revolucionários sem revolução. (…) os não-movimentos apontam para o núcleo disruptivo da nossa época: o facto de a estagnação capitalista implicar uma crise da representação política enquanto tal e, portanto, o fim dos movimentos políticos no sentido clássico. (…) Os não-movimentos (…) não conseguem constituir um povo e raramente chegam sequer a articular reivindicações políticas ou positivas claras. Ou então produzem uma torrente interminável de reivindicações parciais e por vezes contraditórias — assemelhando-se assim a uma hidra cujos múltiplos apelos são quase impossíveis de satisfazer, mas cuja vida pode ser curta e violenta. (…) [estes] incorporam largas faixas do proletariado, bem como elementos da classe média em mobilidade descendente, muitos esperam de facto constituir-se como um novo sujeito. Por vezes associam-se a partidos, sindicatos e outras organizações que pertenceram outrora ao mundo dos movimentos e das ideologias, mas que hoje funcionam sobretudo como um estranho conjunto de subculturas. (…) Como Gilles Dauvé observou a propósito dos Coletes Amarelos, os não-movimentos tendem a só conseguir mobilizar-se enquanto turba, perturbando o status quo. Reformulam constituições, derrubam governos e forçam presidentes e primeiros-ministros a demitir-se”.

Endnotes, Onward Barbarians.

